

Artigo

20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

Há um pouco mais de vinte anos, o Brasil ainda vivia sob a égide da ditadura militar e o povo ocupava as ruas pela democracia com foco nas eleições diretas e na necessidade de uma nova Constituição Federal, processo chamado de Constituinte.

Na época os grupos de extermínio que eliminavam meninos e meninas pobres operavam impunemente. Para piorar as coisas, a lei vigente, o Código de Menores baseava-se na doutrina da Situação Irregular, que responsabilizava a própria criança ou adolescente pelo abandono em que se encontrava. Permitia o simples recolhimento dos que estivessem "perambulando" nas ruas, atribuindo a eles a responsabilidade pela situação em que se encontrava.

Mais do que novas leis, o País precisava inaugurar novas formas de ver, considerar e governar crianças. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi concebido neste contexto.

Não há como negar que o ECA é uma das leis mais bem fundamentadas do Brasil. Trouxe a ideia inédita de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento, sendo portanto, prioridade na elaboração de políticas públicas. A participação da sociedade nos Conselhos Tutelares e nos Conselhos de Direitos, instâncias locais zeladoras de direitos, garantia maior distribuição do poder. O novo marco legal deixa de ser uma lei para punir crianças pobres para ser uma que defende direitos de todas.

Pois bem, o Brasil comemorou no dia 13/7/2010 o aniversário de 20 anos deste novo marco legal. O ECA é uma referência histórica que exigiu uma nova cultura política, uma ampla revisão na forma de elaborar as políticas públicas que deveriam passar a ser concedidas à luz deste conjunto de ideias.

As mudanças foram muitas, no entanto, soam ainda como um ensaio geral para a uma mudança mais importante. Como resultado da distância entre o que está escrito na lei e o acesso ao direito, as populações mais jovens ainda carregam o pesado fardo da culpa pela precária situação em que se encontram. Asociedade conservadora não mudou e insiste em atribuir a elas a responsabilização seja pela própria 'desocupação', ou pela violência urbana.

Arautos da ordem estabelecida usam todos os meios para tentar convencer que o ECA é uma lei inadequada. Há interesses diversos e ideologias por trás deste esforço. Certamente não são os mesmos dos que defendem uma sociedade mais justa. Muitos daqueles que acham nobre o trabalho de crianças ficaram ricos às custas da exploração do trabalho infantil (quase escravo), assim como os que querem ver reduzida a idade penal não pensam na prevenção da violência, mas na 'limpeza urbana'.

Com uma idade mais madura a lei ainda custa a se efetivar na íntegra para todas as crianças e adolescentes do País. A sociedade desigual promove diferentes acessos ao direito que é universal. É importante reconhecer os avanços, que não foram poucos, mas é preciso atenção redobrada para defender a lei que vive ameaçada por aqueles que ainda não entendem que uma sociedade que permite a violência contra crianças e adolescentes é uma sociedade que padece de uma doença grave.

Márcia Hora Acioli
Assessora do Instituto de Estudos
Socioeconômicos (Inesc)

Conferência do Nordeste aprova inflação mais 5% de aumento real

Foto: Secretaria de Imprensa



O índice foi deliberado durante a X Conferência Regional da FETEC/NE, em Recife (pág. 3)

Empregados da Caixa questionam PFG e entregam reivindicações

A reunião com a CEF aconteceu no dia 16/7 e os trabalhadores levaram diversos questionamentos sobre o plano (pág. 3)

Bancários do BB intensificam luta pelo PCCS

O plano é uma reivindicação antiga dos funcionários e sua implantação está prevista em acordo coletivo, mas o banco vem descumprindo (pág. 4)

Bradesco sofre intervenção por descumprir reintegração

O banco já descumpriu três vezes a ordem judicial para reintegrar advogado (pág. 4)

BNB: Sindicato debate passivos trabalhistas com a direção do Banco

Esta semana três ações serão abordadas em reunião: ATS, Folgas e Equiparação (pág. 6)

Emprego: mais contratações com salários menores



Essa foi a principal conclusão da pesquisa sobre emprego bancário divulgada pela Contraf-CUT e Dieese. A remuneração média dos admitidos foi 37,85% inferior em relação à dos desligados no País. Já no Ceará, essa diferença sobe para 41,4%. A disparidade é ainda maior em relação às mulheres. As bancárias foram admitidas recebendo remuneração 32,71% inferior à dos homens (pág. 5)



ECA completa 20 anos com muitos desafios pela frente

Já se passaram exatos 20 anos desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, no abismo entre o que a lei determina e o que acontece na prática, estão os meninos e meninas do semáforo, em situação de mendicância ou trabalho infantil. Somam-se a eles crianças e adolescentes vítimas de violência, sem acesso à cultura, saúde ou educação de qualidade. Tem ainda aqueles que vivem em abrigos por vários anos, sem direito à convivência familiar e comunitária, sem saber do afeto e do amor de mãe, de pai. E todas aquelas que dia a dia têm seus direitos negados.

Certamente, é importante lançar um olhar sobre a condição de miséria e pobreza da população, uma vez que as desigualdades sociais exercem influência sobre as situações de risco, deixando crianças e adolescentes expostos ao trabalho infantil, à violência, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, entre outras violações.

Sancionado em 13 de julho de 1990, o ECA é a regulamentação dos artigos 227 e 228 da Constituição que estabelece como “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Com duas décadas de vigência, pontos considerados essenciais para garantir os direitos dos menores no Brasil ainda aguardam regulamentação. Para especialistas, a educação para menores infratores e o funcionamento dos conselhos tutelares são algumas das questões que demandam a criação de regras mais claras.

Somente na Câmara dos Deputados, tramitam 169 propostas que alteram o ECA. Regulamentar significa criar regras, por meio de uma nova lei, decretos ou resoluções, para possibilitar o cumprimento da legislação.

MENORES INFRATORES

– Segundo Carmem Oliveira, subsecretária de Promoção

dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), um dos principais pontos que ainda precisa ser regulamentado é como possibilitar a escolarização e profissionalização de menores infratores que estão internados em instituições.

Já a juíza Brigitte Remor de Souza May, que integra a diretoria da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP), disse que a regulamentação da educação para jovens que cumprem medidas socioeducativas é importante, mas ela destaca que esses adolescentes representam um grupo pequeno perto dos de mais que também precisam de políticas públicas. “As pessoas acham que adolescentes são grandes responsáveis pela violência, mas representam pouco em relação aos adultos. Na internação, o problema não é só a educação, mas a saúde, a profissionalização”, destaca.

Brigitte May afirmou que é preciso criar meios para prevenção da violência, como criação de escolas integrais e medidas para evitar evasão escolar e gravidez entre adolescentes.

CONSELHOS TUTELARES – Carmem Oliveira, do Conanda, disse que outro ponto importante para a aplicação do ECA é assegurar o devido funcionamento dos conselhos tutelares. Ela afirmou que, na avaliação do governo, a falta de estrutura dos conselhos prejudica a implantação de políticas públicas e a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. De acordo com a lei, as prefeituras são responsáveis por garantir o funcionamento dos conselhos. Os conselhos, por sua vez, têm a função de denunciar maus tratos e assegurar vagas em creches, por exemplo.

Conforme Carmem, há uma resolução já aprovada pelo Conanda, mas que ainda não foi assinada pelo presidente, que

prevê punição às prefeituras que não derem estrutura adequada ao funcionamento dos conselhos tutelares.

Uma pesquisa divulgada pela Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi), com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que nos últimos quatro anos o número de conselhos tutelares aumentou 24% no País. No entanto, o texto indica que a falta de estrutura ainda é o principal dos problemas dos conselhos. A pesquisa mostra ainda que o Maranhão é o estado com mais cidades sem conselhos tutelares: 48 dos 217 municípios não têm o órgão.

CASTIGOS CORPORAIS

– A presidente do Conanda destaca também que o governo federal trabalha em um anteprojeto de lei, com participação de vários ministérios, que prevê punição a castigos corporais, tema que, segundo ela, também é tratado genericamente no ECA.

“Os castigos corporais ocorrem não somente no âmbito familiar, mas temos situação muito invisível, mas de gravidade. Não só de palmadas. Crianças que chegam com queimaduras. Situações que ocorrem em instituições de atendimento, escolas, abrigos, unidades de internação”, destaca.

“O novo projeto aprimora o estatuto, que aborda os maus tratos de forma genérica. No nosso Código Civil há previsão de punição para castigos imoderados. (...) A gente prevê nos próximos dias enviar o texto ao Congresso”, diz Carmem.

O juiz Reinaldo Cintra Torres de Carvalho, integrante da Coordenadoria da Infância do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), que atualmente assessorou o ministro Cesar Peluso no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), diz que uma regulamentação sobre castigos corporais não resolve o problema. “A violência que tem que ser tratada enquanto educação. Não adianta ameaçar os pais para que parem de bater. Que se eduque a nova geração, que dá resultado muito maior”.

DICA CULTURAL

Feira traz produtos artesanais de 30 países para Fortaleza

Fortaleza recebe de 16 a 25 de julho a 15ª edição da Feira do Artesanato Mundial (FAM). São apresentados 100 estandes com produtos artesanais e culinários provenientes de mais de 30 países de todos os continentes. Essa já é a terceira edição do evento na capital e vem movimentando o setor, gerando um volume de negócios superior a R\$ 2 milhões de reais.



nais com preços que variam entre R\$ 5,00 e R\$ 4 mil. Os estandes aceitam pagamento em dinheiro, cheque ou cartão.

O evento acontecerá diariamente, das 15 às 22 horas, no estacionamento G do Shopping Iguatemi. A entrada custa R\$ 5,00. Crianças até 12 anos, idosos com mais de 60 anos e deficientes físicos têm entrada gratuita. Para mais informações, ligue: (85) 3458-1235.

15ª Feira do Artesanato Mundial (FAM)

De 16 a 25 de julho – Estacionamento G do Shopping Iguatemi
Entrada: R\$ 5,00

IPEA

Apesar das desigualdades, Brasil pode acabar com a miséria em 2016

Até 2016, o Brasil pode superar a miséria e diminuir a taxa nacional de pobreza absoluta (rendimento médio domiciliar per capita de até meio salário mínimo por mês), segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre pobreza e miséria. O levantamento apresentado no dia 13/7, no Rio de Janeiro, alerta que para atingir esse ideal, o País precisa equilibrar a desigualdade que existe entre os estados em relação às taxas de redução da pobreza.

Segundo o levantamento baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), entre 1995 e 2008 saíram da condição de pobreza absoluta 12,8 milhões de pessoas enquanto 13,1 milhões superaram a condição de pobreza extrema (rendimento médio domiciliar per capita de até um quarto do salário mínimo mensal).

O desafio, segundo o Ipea, é fazer com que os estados apresentem ritmos diferenciados de redução da miséria, justamente por apresentarem níveis diferentes de distribuição de renda e de riqueza. Entre 1995 e 2008, as taxas de pobreza extrema entre as unidades da federação foram bem desiguais.

Em 1995, Maranhão (53,1%), Piauí (46,8%) e Ceará (43,7%) eram os estados com maior proporção de miseráveis em relação à população. Treze anos depois, Alagoas assumiu o topo do ranking, com a taxa de pobreza extrema de 32,3%. Na outra ponta da lista, Santa Catariana (2,8%), São Paulo (4,6%) e Paraná (5,7%) apresentaram os melhores resultados. Em relação à pobreza absoluta, entre os estados que tive-

ram os melhores resultado nesse período estão Santa Catarina, que reduziu a taxa em 61% no período de 13 anos, Paraná (52,2%) e Goiás (47,3%). Já o Amapá (12%), o Distrito Federal (18,2%) e Alagoas (18,3%) tiveram as menores taxas de redução do universo de pessoas nessas condições.

CEARÁ – A taxa de pobreza absoluta no Ceará caiu de 70,3%, em 1995, para 49,3% da população, em 2008. A retração do percentual de cearenses com rendimento médio domiciliar per capita de até meio salário mínimo mensal foi de 29,8% em 13 anos, conforme aponta o estudo “Dimensão, evolução e projeções da pobreza por regiões e por estados no Brasil”, divulgado Ipea.

Conforme destaca Márcio Pochmann, presidente do Ipea, o Estado teve mais sucesso na redução da chamada pobreza extrema, ou miséria – população com rendimento médio domiciliar per capita de até um quarto do salário mínimo. A taxa, neste caso, saiu de 43,7% para 23,5% do total de habitantes, na mesma base de comparação, representando redução de 46,2%.

Segundo o estudo do Ipea, em 1995, o Ceará aparecia como o terceiro estado do Brasil em proporção de pobreza, melhor apenas do que o Maranhão (77,8%) e o Piauí (75,7%). Em 2008, melhorou duas posições, figurando na 5ª colocação, e deixando para trás Alagoas (56,6%), Maranhão (55,9%), Piauí (52,9%) e Pernambuco (50,1%). Vale ressaltar que todos as unidades da federação com elevada proporção de pobres estão no Nordeste.

TRIBUNA BANCÁRIA

Home Page: www.bancariosce.org.br
Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br
Telefone geral: (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194
Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Fax: (85) 3253 3996
Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará
Presidente: Carlos Eduardo Bezerra – Diretor de Imprensa: Tomaz de Aquino
Jornalista Resp: Lucia Estrela CE00580JP – Repórter: Sandra Jacinto CE01683JP
Estagiárias: Camila Queiroz e Renata de Lima – Diagramação: Normando Ribeiro CE0043DG
Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 11.500 exemplares



Foto: Secretaria de Imprensa

CAIXA

Contraf entrega pauta da negociação permanente e questiona PFG

A Contraf-CUT entregou na sexta-feira, 16/7, a pauta para o processo de negociação permanente com a Caixa Econômica Federal, em Brasília. As reivindicações foram aprovadas no 26º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), realizado nos dias 28, 29 e 30/5, em São Paulo. Os representantes dos trabalhadores também levaram à empresa diversos questionamentos e dúvidas dos empregados sobre o Plano de Funções Gratificadas (PFG).

A implantação do Plano de Funções Gratificadas (PFG) pela Caixa atendeu parte das demandas dos empregados sobre o tema, mas não esgotou a pauta de reivindicações aprovada pelo 26º Conecef. Uma série de problemas ainda persiste no modelo implementado pelo banco. Um dos principais problemas é a discriminação realizada pelo banco contra os empregados que optaram por permanecer no REG/Replan não saldado: o banco não permitiu a migração destes trabalhadores para o novo PFG, o que é inaceitável para o movimento sindical. Outro ponto é a questão da destituição de comissão. Apesar do avanço no caso das nomeações, que hoje são feitas exclusivamente por meio de Processos Seletivos Internos (PSI), as destituições continuam sendo

decididas pessoalmente pelos gestores, sem critérios transparentes. As questões relativas à alteração da jornada de trabalho também não foram equacionadas de forma a atender as demandas dos trabalhadores.

Os bancários também estão com dúvidas a respeito do Adicional Pessoal Provisório de Ajuste (APPA) ao PFG, valor pago aos trabalhadores cuja função equivalente no plano de funções tem remuneração menor do que a de seu cargo no PCC. A verba será paga ao bancário enquanto ele exercer tal função, deixando de recebê-la se mudar de função.

A Contraf-CUT questionou o banco sobre a possibilidade de migração para o PFG de bancários que tenham ações na Justiça. Segundo o banco, as situações serão avaliadas individualmente, quando os empregados solicitarem a migração. Se for avaliado que a ação é impeditivo, o bancário terá a opção de retirar a ação e completar a migração ou permanecer no PCC e manter a ação.

Os bancários cobraram ainda da empresa a definição da promoção por mérito, prevista no Plano de Cargos e Salários de 2008. A Caixa afirma que não conseguiu resolver as pendências sobre o tema por conta da implementação do PFG, mas que pretende dar uma solução até o final de julho.

VEJA ALGUMAS DAS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DA PAUTA ENTREGUE À CAIXA:

ISONOMIA, CARREIRA E JORNADA DE TRABALHO: progressão horizontal em cada cargo/função, por tempo de exercício; eliminação da possibilidade de nomeação pelo gestor de todo e qualquer cargo; não exigência de saldamento do REG/REPLAN e da quitação das ações judiciais para migração para nova estrutura salarial; jornada de 6 horas para todos os empregados.

FUNCEF/PREVHAB E APOSENTADOS: unificação dos planos de benefícios; auditoria no superávit de todos os planos da Funcef, desde 1997; fim do Voto de Minerva nas instâncias da Funcef.

SAÚDE: criação de unidades específicas para Saúde do Trabalhador e Saúde Caixa; realização de pesquisa para mapeamento do perfil do bancário da Caixa; criação de programa, custeado pela Caixa, de saúde mental, apoio e tratamento ao dependente químico e ao tabagista; flexibilização da jornada de trabalho, sem prejuízo da remuneração, para empregados com filhos com deficiências que exijam tratamentos especializados.

SEGURANÇA: instalação de divisórias e de vidros de proteção entre os guichês de caixa e penhor; proibição do transporte de valores por empregados; determinar o fim das atividades dos correspondentes bancários onde existam agências bancárias.

CONFIRA AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES APROVADAS

REMUNERAÇÃO

- Piso do Dieese escalonado;
- PLR – R\$ 4.000,00 + 5% do lucro líquido linear;
- Reajuste maior para cesta alimentação/refeição;
- Índice: 5% + inflação, ficando em torno de 10%;
- Contratação da remuneração variável;
- PCCS para todos os bancos;
- Isonomia.

EMPREGO

- Garantia do emprego;
- Ampliação do horário de atendimento ao público com a criação de dois turnos de trabalho (9h às 17h);
- Eleição de delegados sindicais nos bancos privados;
- Pagamento de hora extra a 100%;
- Substituição de terceirizados por pessoal permanente.

SAÚDE/ SEGURANÇA/ CONDIÇÕES DE TRABALHO

- Manutenção do plano de saúde para apo-

sentados por acidente ou doença ocupacional;

- Adicionais de insalubridade e de risco de vida nas áreas mais apontadas como inseguras;
- Denunciar violação da lei 7.102/83, que trata da segurança nos bancos;
- Uniformizar coletas de dados sobre assédio moral com o objetivo de prevenir a banalização do tema.

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

- Participação dos trabalhadores no Conselho de Administração dos bancos públicos;
- Conselho Gestor Tripartite para o Sistema Financeiro;
- Ampliar representação sindical para toda base do Sistema Financeiro;
- Depósito compulsório para o desenvolvimento sustentável;
- Cobrar regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal;
- Atuação dos correspondentes bancários só onde não haja agência e com limite de serviços;
- Rediscretar o retorno dos bancos estaduais.

XXVIII FUTSAL

Definidas as equipes classificadas para a 2ª fase

A 23ª edição do Campeonato de Futebol de Salão dos Bancários, versão 2010, teve a última rodada da 1ª fase realizada no último sábado, 17/7, quando, na ocasião, foram definidas as oito equipes que irão disputar a 2ª fase da competição. Os resultados foram os seguintes:

BB Metropolitano 3 x 4 Bradesco Empresa

Itaú 2 x 5 APCEF

AABB 2 x 2 Bradesco

Unibanco 5 x 1 Santander/Real

A classificação geral das oito melhores equipes na 1ª fase fica assim:

1º AABB – 23 pg 2º Bradesco – 21 pg

3º Unibanco – 19 pg 4º BNB – 15 pg

5º Bradesco Empresa – 13 pg 6º APCEF – 13 pg

7º Santander/Real – 13 pg 8º BB Metropolitano – 10 pg

Finalizada a 1ª fase, conforme o regulamento do campeonato, os cruzamentos da 2ª fase irão ocorrer no dia 31/7, no Ginásio Aécio de Borba, e serão os seguintes:

8h20 – Unibanco x APCEF

9h50 – AABB x BB Metropolitano

11h – BNB x Bradesco Empresa

12h20 – Bradesco x Santander/Real

A artilharia do campeonato até o presente momento está sendo liderada pelo atleta Ricarte, da AABB, que já assinalou 12 gols na competição.

Conferência da FETEC/NE aprova inflação mais 5% e contratação da remuneração variável

Aconteceu nos dias 16 e 17/7, em Recife (PE), a X Conferência Regional da Fetec/NE, onde os bancários do Nordeste tiveram a oportunidade de definir as suas principais reivindicações para a Conferência Nacional dos Bancários que ocorre de 23 a 25/7, no Rio de Janeiro. Durante o encontro, os conferencistas aprovaram 5% mais inflação de reposição salarial e a contratação da remuneração variável, no bloco referente à questão econômica da Campanha Nacional 2010.

Durante os dois dias do encontro, os bancários foram divididos em grupos temáticos quando puderam debater sobre quatro eixos: remuneração; emprego; saúde, condições de

trabalho e segurança e sistema financeiro nacional. Entre outros pontos, os bancários do Nordeste aprovaram ampliação do horário de atendimento para dois turnos (9h às 17h); eleição de delegados sindicais em bancos privados; adicional de insalubridade e de risco de vida nas áreas identificadas como sujeitas à insegurança; denunciar a violação da lei 7.102/83, que trata da segurança nos bancos; participação dos trabalhadores no Conselho de Administração dos bancos públicos; rediscutir a recriação dos bancos estaduais, entre outras.

Ao final, os conferencistas elegeram os delegados para a Conferência Nacional. O Ceará levará 18 delegados ao evento

que ocorre neste fim de semana, no Rio de Janeiro.

Para Ribamar Pacheco, diretor da Fetec/NE, o evento foi muito proveitoso. "Nós tivemos um encontro muito rico, principalmente com relação aos debates que irão nortear a Campanha Nacional 2010", avaliou.

Já o secretário de imprensa do Sindicato dos Bancários do Ceará, Tomaz de Aquino, analisa como totalmente viáveis as reivindicações dos bancários. "Diante da lucratividade divulgada pelos bancos até agora, podemos observar que o índice de 10% e a contratação da remuneração variável são o mínimo que os banqueiros podem nos oferecer", afirmou.

Bradesco sofre intervenção por descumprir ordem judicial de reintegração

A Justiça nomeou, sexta-feira, dia 9/7, um interventor do Sindicato dos Bancários do Ceará para fazer cumprir uma decisão judicial de reintegração do funcionário José Newton Carvalho de Barros. Essa já é a terceira ordem de reintegração do bancário. Nas vezes anteriores, o banco reintegrava o funcionário para depois demiti-lo, em seguida. Por último, o banco não o demitiu, mas transferiu o bancário para Recife (PE). O interventor nomeado pela Justiça é o diretor do Sindicato e funcionário do Bradesco, Gabriel Motta.

A batalha judicial do advogado José Newton iniciou no início de 2007, quando o Sindicato ingressou com ação de reintegração. Newton foi demitido, juntamente com todo o departamento jurídico do ex-BEC, quando o setor foi desativado pelo Bradesco, em junho/2006. A primeira reintegração se deu em março de 2007, mas o funcionário foi demitido logo em seguida. E assim aconteceu outra vez. É importante lembrar que os funcionários do Bradesco oriundos do antigo BEC, como é o caso de Newton, não podem ser demitidos sem motivo, por força do decreto do governo estadual 21325/1991. "Acontece que o Bradesco não se preocupa muito em cumprir esse decreto e continua demitindo bancários



Foto: Drawlio Joca

do ex-BEC. O Sindicato já conseguiu várias reintegrações nesse sentido, mas o banco insiste em descumprir até as ordens judiciais", afirmou o advogado do SEEB/CE, Vianey Martins.

Recentemente, o juiz da 11ª Vara do Trabalho, Antônio Gonçalves Pereira, determinou a reintegração de José Newton, pela terceira vez. Entretanto, determinando que dessa vez, como forma de garantir a efetivação da ordem judicial, fosse nomeado um interventor para executar a medida. José Newton informou que atualmente está lotado no Departamento de Recuperação de Crédito (DRC) do Bradesco, mas ainda sem definição de lotação. "A transferência aconteceu porque o banco alegou não mais ter departamento jurídico para me abrigar aqui em Fortaleza. Já o entendimento do juiz, tanto em 1º como em 2º grau, foi de que se tratava de uma manobra do Bradesco para forçar um provável pedido de demissão e

que eu tenho condições intelectuais de exercer qualquer outra função dentro da empresa. Por enquanto, estou aguardando", afirmou o funcionário.

O diretor do Sindicato, Gabriel Motta, está acompanhando todo o processo da reintegração do bancário, que aconteceu na segunda-feira, dia 5/7. "O Bradesco está fazendo pouco caso da Justiça. Quando é na época da greve eles entram com mandatos, liminares, interditos proibitórios, mas quando é a vez deles cumprirem as ordens judiciais, eles podem desrespeitar ao bel-prazer. Já na quarta-feira, dia 7/7, o Bradesco transferiu o bancário para Recife, numa tentativa de forçar uma demissão ou simplesmente, penalizar o funcionário. Denunciamos mais esse descumprimento à Justiça, que me nomeou interventor. Vamos acompanhar diariamente esse caso até termos certeza que o problema está completamente sanado", afirma o diretor.

BRADESCO

Contraf-CUT debate criação de programa de combate ao assédio moral

A Contraf-CUT realizou na quinta-feira, dia 8/7, nova rodada de negociação permanente com o Bradesco. A reunião deu continuidade aos debates sobre a construção de um programa de combate ao assédio moral.

Segundo a decisão do último encontro, as partes iniciaram um debate conceitual a respeito do tema. Assim, os trabalhadores contaram com a participação de Plínio Pavão, secretário de Saúde da Contraf-CUT, e da doutora em medicina preventiva pela USP e especialista em psicologia do trabalho pela UFPR, Lis Andréa Soboll, que fez exposição sobre o tema.

Segundo a pesquisadora, o assédio moral é a mais discutida entre as diversas práticas de violência psicológica no trabalho que ocorrem hoje, por conta do modelo de organização das empresas. Trata-se de uma "expressão extre-

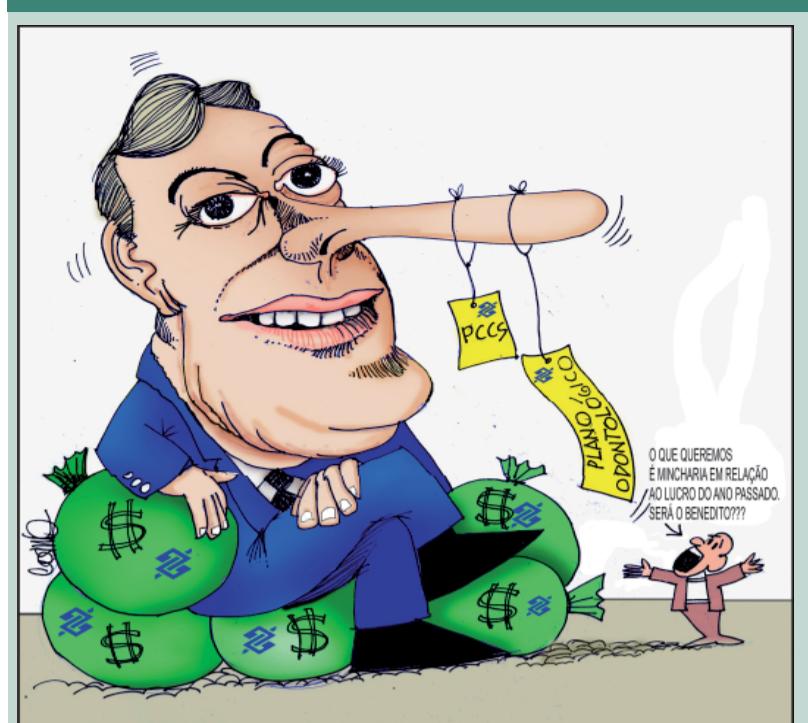
ma e grave da violência psicológica no trabalho, caracterizada como um processo repetitivo e prolongado de hostilização", afirma a especialista no artigo "Organização do trabalho e a prática do assédio moral: um estudo sobre o trabalho bancário", publicado no livro Saúde Mental e Trabalho (Ed. Roca). "Esta forma de violência geralmente é acompanhada de agravos na saúde mental e física das pessoas envolvidas, com destaque para as descompensações de ordem psíquicas", completa.

Os negociadores do banco concordaram com os conceitos apresentados pelos bancários. Na próxima reunião, em data ainda a ser definida, a empresa deverá levar seus especialistas para prosseguir com o debate.

"O assédio moral é um tema importante para os bancários no atual contexto, principalmente por conta do modo de organização do

trabalho, com metas abusivas e pressão", afirma Plínio Pavão, secretário de Saúde da Contraf-CUT. "A discussão com o Bradesco é fundamental para que possamos chegar a um programa de combate a essa prática nociva, como já conseguimos com o Banco do Brasil e a Caixa. Além disso, estamos debatendo a questão na mesa Temática de Saúde do Trabalhador, buscando uma proteção para os bancários de todas as empresas", completa.

"O ponto mais importante dessa negociação foi o fato de os trabalhadores colocarem o seu ponto de vista sobre o tema de forma clara. Agora vamos todos continuar trabalhando para construir um programa que combatá efetivamente a prática do assédio moral dentro do banco", analisa o diretor do Sindicato dos Bancários do Ceará, Telmo Nunes.



PCCS

Banco do Brasil descumpre acordo

O Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) é reivindicação antiga dos bancários do Banco do Brasil, que conseguiram com que o banco se comprometesse a apresentar uma proposta de PCCS, como fruto da última Campanha Nacional. Entretanto, a instituição, que lucrou R\$ 10 bi em 2009, descumpriu o acordo, deixando os trabalhadores a ver navios.

"O banco não cumpriu o acordo e o caminho é mobilizar para fazer valer nosso direito, a partir da Campanha Nacional dos Bancários", disse o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo Bezerra. Quem também aposta na forte mobilização da categoria é o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, Eduardo Araújo: "é lamentável que o banco esteja preparado apenas para fazer negócios, mas não para resolver os problemas com o funcionalismo e essa postura pode ter reflexo no fechamento do acordo coletivo de 2010", declara.

Para o funcionário do Banco do Brasil e diretor do SEEB/CE, Bosco Mota, o sentimento é de indignação: "infelizmente, depois de sete anos e meio, o Banco do Brasil mais uma vez desrespeitou os funcionários, não cumprindo o que acordou em 2009", destaca. A opinião é compartilhada pelo também funcionário do BB e diretor do Sindicato dos Bancários, José Eduardo Rodrigues. Para ele, está na hora de os bancários percebe-

rem que o banco não é o "paizão" que propagandeariam: "é um absurdo que uma instituição que vive do crédito da sociedade brasileira, como o Banco do Brasil, teime em descumprir acordos trabalhistas assinados – PCCS e Plano Odontológico – enquanto seus funcionários vendem até a alma para cumprir acordos de trabalho – metas. Isto é, o BB participa do acordo, mas só um lado tem obrigações – os funcionários. O BB está mais parado com um padastro que mais bate do que assopra".

HISTÓRICO DO PCCS – A luta começou em 2003, com a criação de um Grupo de Trabalho. Em 2005, como resultado da Campanha Nacional dos Bancários, o banco se comprometeu a apresentar uma proposta, exposta no ano seguinte, em 2006, e rejeitada, à época, pela categoria. Em 2009, também como conquista da Campanha Nacional, o banco mais uma vez se comprometeu a apresentar proposta, até o dia 30 de junho de 2010. Em dezembro de 2009, os dirigentes bancários se reuniram para discutir as premissas que seriam apresentadas ao banco. Em maio deste ano, o Congresso dos Funcionários do Banco do Brasil resolveu que as premissas deveriam ser precificadas e a proposta está sendo formulada. Em junho, chegando o dia em que o banco cumpriria sua parte no acordo, mais uma vez os trabalhadores viram seus direitos desrespeitados.

CAMPANHA SALARIAL

Resultados dos bancos sobem cada vez mais

Sob qualquer aspecto, os bancos continuam dando sinais de que podem atender às reivindicações dos bancários e valorizar a categoria na Campanha Nacional Unificada 2010.

A história de sempre se repete: segundo pesquisa divulgada na semana passada por uma revista de economia, os quatro principais bancos brasileiros estão entre as sete maiores empresas brasileiras de capital aberto por valor de mercado. Itaú Unibanco (3º lugar, valendo US\$ 88 bilhões), Bradesco (4º lugar, valendo US\$ 60 bilhões), Santander (6º lugar, valendo US\$ 53 bilhões) e Banco do Brasil (7º lugar, valendo US\$ 44 bilhões) se destacam também pelo crescimento do valor de mercado entre 2008 e 2009: entre 53% e 94%.

A revista destaca ainda que os 50 maiores bancos que operam no Brasil fecharam 2009 com um patrimônio líquido de US\$ 143 bilhões, atingindo

no período um lucro de US\$ 24 bilhões. Desse total, quase US\$ 20 bilhões ficaram nas mãos dos cinco grandes: Itaú Unibanco, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Federal.

"Esses resultados brilhantes só reforçam o estímulo à mobilização dos bancários para ir à luta por melhores conquistas nesta campanha", afirmou o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo Bezerra. Ele completa: "o momento é de mobilização. A chegada da data-base, em 1º de setembro, é a nossa deixa para que os trabalhadores de bancos públicos e privados se unam pela conquista de objetivos que são de todos e que vão além das questões financeiras, uma vez que passam por melhorar as condições de trabalho resolvendo um dos principais problemas apontados pela categoria, que é o assédio moral e a pressão por metas abusivas", diz.



MESA TEMÁTICA

Contraf-CUT avança no debate de medidas contra discriminação

Aconteceu na quinta-feira, dia 8/7, nova rodada de negociação da mesa temática de Igualdade de Oportunidades entre a Contraf-CUT e a Fenaban. Os trabalhadores apresentaram uma série de propostas baseadas no Plano de Ação dos bancos, trazido à mesa pela Fenaban na última reunião.

As reuniões começaram com o retorno das empresas sobre a proposta feita pelo movimento sindical de realização de uma campanha conjunta de sensibilização e valorização da ampliação da licença maternidade para 180 dias. Após a conquista, o movimento sindical detectou que alguns gestores pressionam suas funcionárias pela não opção aos 180 dias. Os bancos acenaram positivamente à proposta e pediram aos bancários um desenho de como poderia ser esta campanha.

Os negociantes dos bancos informaram sobre as iniciativas já encaminhadas pela Febraban como fruto do debate da mesa temática de Igualdade de Oportunidades, como a utilização da classificação do IBGE para implementação de critérios uniformes de etnia (cor), como necessidade de alinhamento para garantir a comparação entre as instituições.

Em seguida, a representação dos bancários apresentou um conjunto de propostas definidas durante reunião da Comissão de Gênero, Raça e Orientação Sexual (CGROS) da Contraf-CUT em consequência da apresentação do Plano de Ações dos bancos para o combate à discriminação (confira no quadro).

Os negociantes dos bancos informaram sobre as iniciativas já encaminhadas pela Febraban como fruto do debate da mesa temática de Igualdade de Oportunidades, como a utilização da classificação do IBGE para implementação de critérios uniformes de etnia (cor), como necessidade de alinhamento para garantir a comparação entre as instituições.

VEJA OS PRINCIPAIS PONTOS DO PLANO DE AÇÃO CONTRA DISCRIMINAÇÃO APRESENTADO PELOS TRABALHADORES

- Participação do movimento sindical nos programas de sensibilização para os temas da Igualdade de Oportunidades;
- Elaboração de um Plano de Cargos, Carreira e Salário com critérios objetivos e transparentes como indicador de evolução de carreira;
- Democratização do acesso às promoções através de editais ou informativos internos;
- Garantia do retorno sem prejuízo para as gestoras em licença maternidade, assim como para outros cargos e funções;
- Ampliação da Licença Paternidade para 6 meses (biológico e adotivo);
- Que a orientação sexual conste como indicador para o próximo censo sobre os bancários (Mapa da Diversidade);
- Que os meios públicos de acesso às vagas (sites, publicações, imprensa, editais) sejam fonte privilegiada de recrutamento de pessoas com base nos indicadores de igualdade.

DIREITOS HUMANOS

Assinado acordo para localizar ossadas de desaparecidos políticos no Araguaia

O Ministério da Justiça e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), assinaram no dia 13/7, acordo de cooperação para localizar e identificar os restos mortais de desaparecidos políticos no período entre 1961 e 1988.

Um dos objetivos é complementar as operações feitas pelo grupo de trabalho do Ministério da Defesa, que busca os corpos de militantes mortos durante a Guerrilha do Araguaia. O trabalho conjunto deve começar ainda neste semestre.

De acordo com o ministro da SEDH, Paulo Vannuchi, estão previstas investigações em cemitérios de São Paulo, Pernambuco e Rio de Janeiro. Segundo Vannuchi, existem aproximadamente 10 ossadas, coletadas em diferentes expedições feitas ao Araguaia desde os anos 1980, que ainda não foram identificadas.

Para facilitar a identificação dos restos mortais, a Secretaria de Direitos Humanos criou, em 2006, um banco de DNA dos parentes de mortos e desaparecidos políticos brasileiros, que é mantido por um laboratório privado vencedor de licitação feita pela SEDH. De acordo com Vannuchi, o acervo reúne 108 perfis genéticos. "Nós promovemos, em 2006 e 2007, um convênio com o laboratório. Ainda não conseguimos localizar os parentes de 32

desaparecidos. A coleta de material genético [de parentes] tem níveis diferentes de segurança [como a possibilidade de ser compatível com o desaparecido], dependendo do grau de parentesco".

Os trabalhos de identificação dos restos mortais serão feitos por peritos do Instituto Nacional de Criminalística da Polícia Federal. De acordo com o diretor-geral em exercício da Polícia Federal, Luiz Pontel, os policiais vão trabalhar na recuperação de vestígios, avaliações em laboratório e elaboração dos laudos. "Nós vamos fazer um trabalho técnico, profundo, que tenham provas irrefutáveis para que se possa comprovar tudo aquilo que foi dito. Temos trabalhado nessa área em outras situações".

As ações fazem parte do projeto Direito à Memória e à Verdade, que busca resgatar a história recente do País e assegurar o direito das famílias de desaparecidos de enterrar seus mortos. Segundo o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, o Brasil já tem uma maturidade política, social e institucional para conhecer a verdade sobre o que ocorreu durante o regime militar.

"É um direito da sociedade e um dever do Estado brasileiro buscar essa verdade e, efetivamente, participar desse processo de amadurecimento democrático do nosso País", afirmou o ministro.

MANOBRA

Bancos contratam mais pela metade do preço

2.840 novos empregos no Brasil. Saldo positivo de 13 novos postos de trabalho no Ceará no primeiro trimestre de 2010. Esses números seriam dignos de comemoração se não fosse uma nova manobra dos bancos: contratar mais bancários, porém, com salários drasticamente menores.

Esses são alguns dos principais resultados da quinta edição da Pesquisa de Emprego Bancário (PEB) realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). As duas entidades realizam esse levantamento desde o ano passado, com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A remuneração média dos admitidos foi 37,85% inferior em relação à dos desligados (R\$ 2.197,79 contra R\$ 3.536,38). A disparidade maior é em relação às mulheres. As bancárias foram

admitidas recebendo remuneração 32,71% inferior à dos homens (R\$ 1.770,20 contra R\$ 2.630,59). Já no Ceará, essa diferença sobe para 41,4%. A remuneração média no Estado, que já era inferior à da média nacional, ficou mais acentuada ainda: os afastados ganhavam em média R\$ 3.018,44 enquanto os admitidos são contratados com média salarial de R\$ 1.759,59.

"A geração de novos postos de trabalho no setor financeiro é uma ótima notícia para a categoria bancária, que na campanha nacional do ano passado tinha a defesa do emprego como uma de suas principais bandeiras. Entretanto, queremos mais contratações, mas com qualidade de emprego. A redução salarial do bancário cria uma precariedade tanto nas condições de trabalho quanto até mesmo no atendimento ao público, porque o nível de escolaridade do bancário também está em queda", analisou o presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo Bezerra, em entrevista

coletiva na sede da entidade. Ele completa: "o perfil do bancário está mudando. Hoje se demite funcionário que tem nível superior, onde estão concentrados os maiores salários, para se contratar funcionário com o ensino médio, como forma de pagar menos aos novos contratados", diz.

De acordo com o coordenador da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), Ediran Teixeira, os banqueiros estão conseguindo contratar mais pessoas e, ao mesmo tempo, reduzir a folha de pagamento. "Os bancos estão conseguindo contratar o dobro de funcionários gastando a metade do que gastava com os antigos que estão sendo desligados, através da redução salarial média", alerta. No estado, essa redução foi de 34,3%, enquanto no País foi bem menor, atingindo 16,4% de economia.

"Isto quer dizer, também, que os bancos estão utilizando o processo de rotatividade de funcionários para reduzir a despesa com pessoal", finaliza Carlos Eduardo.

ADMITIDOS, DESLIGADOS, REMUNERAÇÃO MÉDIA, SALDO DE EMPREGO E DIFERENÇA DA REMUNERAÇÃO MÉDIA POR MÊS

BRASIL – JANEIRO A MARÇO DE 2010

Mês/Ano	Admitidos	Part.%	Rem. Média (em R\$)	Desligados	Part. %	Rem. Média (em R\$)	Saldo	Dif. % da Rem. Média
Jan/10	3.438	31,10%	2.236,07	2.352	28,64%	3.252,06	1.086	-31,24%
Fev/10	3.335	30,17%	2.120,87	2.248	27,37%	3.485,43	1.087	-39,15%
Mar/10	4.280	38,72%	2.226,98	3.613	43,99%	3.753,18	667	-40,66%
Total	11.053	100,00%	2.197,79	8.213	100,00%	3.536,38	2.840	-37,85%

CEARÁ – JANEIRO A MARÇO DE 2010

Mês/Ano	Admitidos	Part.%	Rem. Média (em R\$)	Desligados	Part. %	Rem. Média (em R\$)	Saldo	Dif. % da Rem. Média
Jan/10	34	29,31%	1.992,50	41	39,81%	3.400,24	-7	-41,40%
Fev/10	47	40,52%	1.781,60	21	20,39%	2.452,29	26	-27,35%
Mar/10	35	30,17%	1.503,77	41	39,81%	2.926,61	-6	-48,62%
Total	116	100,00%	1.759,59	103	100,00%	3.018,44	13	-41,71%

Fonte: M.T.E./CAGED

Elaboração: Subsessão DIEESE - Contraf/CUT

EQUIPARAÇÃO

SEEB/CE se reúne com o BNB e espera receber proposta

O Sindicato dos Bancários do Ceará se reúne no próximo dia 22/7, às 11h, com a Diretoria Administrativa e a Superintendência de Desenvolvimento Humano do BNB para dar continuidade ao processo de negociação da ação de equiparação das funções em comissão do BNB ao Banco do Brasil.

A reunião marcará a retomada efetiva das negociações sobre o assunto, o que só foi possível após audiência com o presidente do Banco, Roberto Smith, que confirmou o seu interesse de realizar acordo na ação até o final do presente ano. As negociações em nível de Super/DH estavam paralisadas desde o último mês de abril.

A expectativa do SEEB/CE



O Sindicato realizou manifestação no início do mês cobrando a retomada das negociações dos passivos trabalhistas

é que a direção do BNB se manifeste sobre a última proposta apresentada pela entidade, a fim de que a negociação possa ocorrer a partir de dados con-

cretos. Outra expectativa é que o BNB possa acolher, no âmbito do acordo, beneficiários listados pelo Sindicato que haviam sido impugnados pelo Banco.

POSSO

Caixa empossa 27 novos empregados



Foto: Secretaria de Imprensa

A Caixa Econômica Federal empossou 27 novos empregados. Na sexta-feira, dia 9/7, tomaram posse cinco empregados para o Piauí e três para o Maranhão. Já no dia 12/7, 19 empregados assinaram o termo de posse para o Ceará.

Os diretores do Sindicato dos Bancários, Bosco Mota e Áureo Júnior, compareceram à cerimônia de posse e falaram sobre a atuação da entidade e a importância da filiação como forma de fortalecer a luta por melhores conquistas para todos os associados.

TÓUTROS TOQUES

Divórcio rápido

O Congresso Nacional promulgou dia 13/7 uma emenda constitucional que reduz a burocracia e permite acelerar o processo de divórcio. Com a promulgação, a nova regra já está em vigor. A emenda acaba com a figura da separação judicial. A partir de agora, o divórcio acontecerá de imediato, assim que o casal decidir. A proposta deve facilitar a tramitação de processos de guarda de filhos, além de permitir aos divorciados se casar com outras pessoas sem nenhum problema judicial.

Líder de impugnações

O Ceará é o estado com maior número de pedidos de impugnação de candidaturas, de acordo com balanço divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Somente no Ceará, pelo menos 42 postulantes estão sujeitos a não disputar as eleições de outubro, caso seja cumprida a Lei da Ficha Limpa. Em todo o País, pelo menos 207 candidatos poderão sair da corrida eleitoral. Seguidos do Ceará estão Maranhão (40), Rio de Janeiro (34), Goiás (27), Tocantins (23), Acre (16), Pará (10), Alagoas (6), Distrito Federal (5), Rio Grande do Norte (2) e Sergipe (1).

AÇÕES DO ATS E FOLGAS

SEEB/CE quer continuidade do processo para garantir direito dos impugnados

Arazão porque as ações de ATS e Folgas ainda não foram encaminhadas à Justiça para homologação reside na busca de entendimento entre as partes para conciliar posição sobre os colegas que tiveram seus direitos impugnados pelo Banco nos dois processos.

Enquanto o SEEB/CE reivindica que não haja impugnação, o Banco insiste em relacionar quantitativo de colegas que, na sua compreensão, não têm o direito às ações assegurado. Para não prejudicar o acordo já aprovado em benefício de mais de mil colegas, o SEEB/CE quer, pelo

menos, assegurar a continuidade do processo de forma a deixar para a Justiça a decisão final das impugnações ou não.

Com o objetivo de construir conjuntamente uma redação de acordo que contemple esse objetivo, o SEEB/CE, na pessoa do diretor Tomaz de Aquino, esteve reunido na última segunda-feira, dia 19/7, com a Superintendente de Desenvolvimento Humano, Eliane Brasil, e assessores jurídicos de ambas as partes. Até o fechamento desta edição ainda não havia o resultado da reunião.

AMÉRICA LATINA

Uma em cada quatro brasileiras sofre de violência doméstica, diz ONG suíça

As mulheres vítimas de violência doméstica na América Latina se submetem aos maus-tratos porque não dispõem de condições financeiras para sobreviver sem a ajuda dos companheiros, maridos e namorados. No Brasil, 24% das entrevistadas disseram que, apesar das agressões que sofrem, não se separam porque não têm como se sustentar. Uma em cada quatro brasileiras sofre com a violência doméstica. A cada 15 segundos, uma mulher é atacada no Brasil.

A conclusão é de um estudo da organização não governamental (ONG) Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (Cohre), intitulado Um Lugar no Mundo. A ONG tem sede em Genebra, na Suíça. O estudo, divulgado no dia 16/7, mostra que, na América Latina, os índices de violência doméstica são elevados. A pesquisa informa que, na região, de 30% a 60% das mulheres sofreram agressões.

O relatório analisa a questão da violência contra a mulher no Brasil, na Argentina e na Colômbia. Nesses países, o estudo informa que a "falta de acesso a uma moradia adequada, incluindo refúgios para mulheres que sofrem maus-tratos, impede que as vítimas possam escapar de seus agressores".

No Brasil, 70% das vítimas de

violência foram agredidas dentro de casa e, em 40% dos casos, houve lesões graves. Das mulheres assassinadas no País, 70% sofreram agressões domésticas. A ONG informa ainda que esses problemas afetam, principalmente, as mulheres pobres que vivem em comunidades carentes.

A maior parte das vítimas não exerce atividades profissionais fora de casa. No Brasil, 27% das entrevistadas disseram que se dedicam ao lar.

O relatório, de 50 páginas não especifica a quantidade de mulheres entrevistadas, mas informa ter conversado com dezenas de mulheres, vítimas de violência doméstica, nas cidades de Porto Alegre (Brasil), Buenos Aires (Argentina) e Bogotá (Colômbia).

"O direito à moradia adequada ultrapassa o direito de ter um teto sobre sua cabeça. É o direito de viver em segurança, em paz e com dignidade. É obrigação do governo assegurar esse direito às vítimas de violência doméstica", disse a responsável pelo setor de Peritos sobre as Mulheres da ONG Cohre, Mayra Gomez. "Por muito tempo, a relação entre violência doméstica e direito à habitação tem sido negligenciada pelos políticos. É tempo de os governos da América Latina corrigirem este erro".

"Eliza morreu porque contrariou um homem que achou que lhe deveria impor um castigo. Ela morreu como morrem tantas outras quando rompem relacionamentos violentos"

disse a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Nilcêa Freire, na abertura do Fórum de Organizações Feministas para a Articulação do Movimento de Mulheres Latino-Americanas e Caribenhais, sobre o assassinato Eliza Samudio.

Mobilização

A Associação dos Funcionários do BNB (AFBNB) promove até o dia 23/7 a 3ª edição da Semana de Mobilização por um Nordeste e BNB Melhores, com o tema "Pelo fim das desigualdades regionais e pela valorização dos trabalhadores". A ação é desenvolvida pela entidade desde 2008 e tem o objetivo de discutir a importância do fortalecimento do banco e a valorização do funcionalismo. Durante a semana estão programadas ações como reuniões nas agências; coleta de assinatura pela valorização dos funcionários, entre outras. Mais informações: www.afbnb.com.br ou (85) 3255 7000.

Diploma sim!

A PEC 386/09 que restabelece a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão foi aprovada dia 14/7 pela comissão especial que analisou a matéria na Câmara dos Deputados, em Brasília. No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a necessidade do diploma, sob o argumento de que restringia a liberdade de expressão. Para evitar novas interpretações semelhantes à do Supremo, foi incluído na PEC um dispositivo que determina ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. A PEC 386/09 ainda terá de ser aprovada pelo Plenário em dois turnos, antes de seguir para o Senado.

DATA:	RUBRICA:
<input type="checkbox"/>	POSTAL EM / SERVIÇO /
<input type="checkbox"/>	INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
<input type="checkbox"/>	REUNIÃO AO SINDICATO
<input type="checkbox"/>	ASSESSORADO
<input type="checkbox"/>	FALECIDO
<input type="checkbox"/>	NAO EXISTE O N.º INDICADO
<input type="checkbox"/>	ENDEREÇO INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/>	MUDOU-SE
<input type="checkbox"/>	OUTROS:
<input type="checkbox"/>	NO PROCURADO
<input type="checkbox"/>	ASESSE
<input type="checkbox"/>	REUNIÃO
<input type="checkbox"/>	INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
<input type="checkbox"/>	POSTAL EM / SERVIÇO /
<input type="checkbox"/>	INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
<input type="checkbox"/>	POSTAL EM / SERVIÇO /

CORREIOS	
SIND. DOS BANCÁRIOS	
9912180326-DR/CE	
Mala Direta	
CORREIOS	
DEVOLUGAÇÃO GARANTIDA	